

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0025567

981.062
S164



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLÍNIO SALGADO

DEPUTADO FEDERAL

À BATALHA DO RIÂCHUELO

Discurso proferido pelo Sr. Deputado Plínio Salgado, na Sessão Solene do Congresso Nacional realizada em 10 de junho de 1965, em comemoração do I Centenário da Batalha Naval do Riachuelo e em homenagem à Marinha de Guerra do Brasil.

IMPRESA NACIONAL

1965

F 328.32
S164b

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 10 DE JUNHO DE 1965

O SR. PLÍNIO SALGADO — Senhor Presidente, Srs. Senadores, Senhores Deputados, Srs. Representantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Poder Judiciário — mais do que o estudo da História e o conhecimento dos fatos que se desenrolaram em tempos pretéritos, entendo que a interpretação da História é o que mais convém para a formação do espírito cívico da nacionalidade e para o encaminhamento de sua marcha segundo os seus superiores destinos.

CONCEITUAÇÃO DA HISTÓRIA

Tenho para mim, que a História deve ser interpretada de acordo com os três fatores tomados unilateralmente pelos filósofos, mas que conjugo numa só expressão. Há os que interpretam a História segundo as leis do determinismo materialista, condicionando os acontecimentos a circunstâncias anteriores de que resultam novos fatos dos quais se geram outros. Há aqueles, como Carlyle, que põem na ação exclusiva dos heróis o comando dos acontecimentos, adotando, portanto, o livre arbítrio, exclusivamente, ou a interferência do homem na marcha dos fatos que se processam na História. E há, finalmente, aqueles providencialistas que colocam tudo nas mãos de Deus, como se Deus não houvesse dado liberdade ao homem para que ele colaborasse com sua ação nos desígnios da Providência.

Eu conjugo os três elementos. E na apreciação da Guerra do Paraguai e dos fatos históricos brasileiros acho que operou o determinismo, baseado nas circunstâncias geográficas que poderemos hoje chamar geopolíticas. Entendo

que houve a interferência direta do livre arbítrio das nacionalidades americanas. Entendo, também, que, acima do determinismo histórico e do livre arbítrio, operou a Providência Divina.

TRÊS CICLOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

A História do Brasil, costume dividida em três ciclos. O primeiro, o da expansão territorial, defesa da Pátria no mar e avanço para o sertão desconhecido com integração de novos territórios. O segundo, será aquele em que houve a integração jurídica da nacionalidade. Começa no segundo quartel do século XVIII, mas se positiva e se torna explícito no Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750, quando Alexandre de Gusmão, o artífice daquele instrumento internacional, interpretou o pensamento da nacionalidade brasileira que transitava do mero sentimento de Pátria para a consciência de Nação.

Daí por diante, integrado juridicamente o território, nós encontramos a semente da diferenciação dos grupos nacionais americanos dos do Velho Mundo, porquanto o art. 3º daquele Tratado reza que, no caso de se empenharem em guerra no continente europeu Portugal e Espanha, ficavam isentas de lutar entre si as colônias portuguesas e hespanholas. Era o reconhecimento da nossa diferenciação como nacionalidade distinta da Metrópole. A partir desse momento, consolidada a posse do nosso território pela aplicação do *ut possidetis* no Direito Internacional começamos a elaborar nossa integração política com os primeiros pruridos de independência manifestados prin-

| | |
|-----------------------------------|----------|
| DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL | |
| BIBLIOTECA | |
| NÚMERO | DATA |
| F462 | 25/10/65 |

3341

F91063
3164

cialmente na Inconfidência Mineira e nos acontecimentos consequentes da decisão das Cortes de Lisboa, pretendendo que o Brasil regressasse à situação de colônia, quando já era reino independente, ombro a ombro com Portugal.

Dessa ocasião em diante, quer no período agitado do Primeiro Império, quer nos dias tumultuosos da Regência, e, posteriormente, depois da maioridade de Pedro II, através de toda a ação política de estadistas eminentes, entramos na fase decisiva da integração política do País.

O PAN-AMERICANISMO

O tratado de Madid, de 1750, traz o germe do pan-americanismo, a consciência, portanto, da união dos povos livres da América, no sentido de marcharmos para o objetivo comum de realizar uma civilização baseada na democracia, nas liberdades humanas.

É daí que parte o sentido de solidariedade continental, que não se cinge, apenas, ao conceito de Monroe, quando se levanta contra as possibilidades de agressão da Santa Aliança, organizada pelo Czar da Rússia, pela Áustria e pela Prússia, declarando que a América é para os americanos e dizendo que, em caso de agressão contra qualquer um de nós, todos os outros se levantariam para defender o agredido.

A doutrina pan-americana também teve o sentido da preservação dos povos contra as ditaduras, contra os regimes absorventes e totalitários que suprimem as liberdades humanas. Há, por conseguinte, o interesse de cada uma das nações americanas e de todas em conjunto, visando sustentar os princípios da democracia, onde quer que ela esteja ameaçada.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DO IMPÉRIO

Criamos, nessa fase de integração política, um alto sentido nacional. Devermos ao Império, à figura magnânima de D. Pedro II e dos altos estadistas que o rodearam, a formação dessa consciência política brasileira que é exemplo

sem par entre as nações da América, porquanto nunca nos perdemos nos «pronunciamentos», nunca nos agitamos por interesses pessoais ou de caudilhos. Pelo contrário, as próprias Forças Armadas da Nação têm dado constantes exemplos da sua generosidade e da sua desambição quando, interferindo em momentos graves da História, para recompor o equilíbrio perdido do País, imediatamente o reintegra no curso normal da democracia. (Palmas).

Se formámos essa consciência de política interna, também o Império nos legou a tradição de uma política externa, que se encontra na raiz da Organização dos Estados Americanos, tese genuinamente brasileira, ainda que se embeba nas inspirações de homens como Bolívar e daqueles que galoparam no peito do continente, fazendo ressoar os gritos de liberdade e de democracia no Novo Mundo.

O Brasil, na política externa, foi durante o Império um País altamente imbuído de ideias realistas. Não nos perdemos, como nos temos perdido ultimamente, em considerações de qualquer outra ordem que não sejam as da sustentação da democracia no Novo Mundo e a da defesa nacional. A política do Império, com raízes remotas no Reinado de D. João VI e talvez mais remotas ainda, na guerra do Século XVII, contra os holandeses, condicionou a linha de nossas atitudes e ação no Exterior aos interesses da defesa nacional. E não pode haver em nosso tempo outra linha, porquanto observamos com frequência que a Organização das Nações Unidas tem-se conformado com fatos consumados, que atentam contra os princípios pelos quais foi fundada.

Excluída, portanto, a ideia ética ou jurídica do convívio internacional, restam somente uma orientação política externa: a que nos leva à defesa do nosso território, da nossa soberania, contra tudo aquilo que pode ameaçá-la em determinadas circunstâncias históricas.

A GUERRA DO PARAGUAI

A Guerra do Paraguai está inserida no período do desenvolvimento desta política. É a mesma linha traçada,

quando tivemos de intervir no Prata, quando tivemos de libertar o povo argentino da ditadura de Rosas. É a mesma adotada na Província Cisplatina, hoje o Estado do Uruguai, tendo em mira restituir a liberdade e a democracia ao povo que delas estava espoliado.

A Guerra do Paraguai começa com a agressão de Francisco Solano Lopez. Este homem a quem não se pode negar a qualidade de patriota, era, entretanto, de ambição desmedida. Logo que assumiu o Governo em 1862, pôs todo o seu empenho em armar aquele País. Em 1864, o Paraguai era uma potência militar, com 64 mil homens armados e preparados para qualquer emergência, com uma marinha de guerra constante já de 14 navios, aos quais se iam juntar outros encomendados no princípio do conflito com as três nações aliadas.

A MÍSTICA DE LOPEZ

Criou ele uma mística, a mística da expansão territorial e da fundação de grande monarquia, na qual incluiria o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre-Rios do território argentino.

É preciso lembrarmos-nos de que para qualquer objetivo político é necessário criar-se uma mística. Nosso País, para fins superiores e nobres, precisa criar essa mística, sem o que não há administração, não há economia, não há finanças, não há forças armadas, não há nada.

Lopez utilizou-se para máus fins de um rneio nobre e alto: incutiu a mística na sua tropa.

O INICIO DO CONFLITO

Em novembro de 1864, seguia pelo Rio Paraná o navio brasileiro «Marquês de Olinda». Lopez não trepidou em apresá-lo, tornando prisioneiros todos os que nele viajavam, inclusive o Cel. Carneiro Campos, Presidente do Estado de Mato Grosso. Era um ato de agressão. O Brasil ainda esperou. A longanimidade do Imperador corria paralela com o senso realista de sua política externa. Mas logo depois, em dezembro, as tropas paraguaias, sob o comando de Barrios, tomam o Forte de

Coimbra que tinha apenas 115 homens para defendê-lo. Era impossível resistir. A operação realizada pelos brasileiros foi de uma retirada estratégica em que não perdemos um só homem.

DECLARAÇÃO DE GUERRA PELO BRASIL

Praticamente, o Paraguai se pusera em beligerância com o Brasil. Entretanto, só em janeiro o Governo Imperial resolveu declarar guerra àquele que nos agredia e invadia nosso território. Mas esta declaração de guerra, redigida pelo Visconde do Rio Branco, traz uma frase que define bem os mais nobres e generosos sentimentos do Governo Imperial, verdadeiro intérprete do povo brasileiro. Diz o grande Paranhos naqueia nota: «O Governo Imperial defenderá sua dignidade e seus direitos, repelindo o agressor, mas não confundirá a Nação Paraguaia com o Governo que a infelicita e a leva para uma aventura de tristes conseqüências». Aí ficou claro que não declarámos guerra ao povo paraguaio, mas a Francisco Solano Lopez, do mesmo modo como, recentemente, as nações democráticas, declarando guerra ao nazismo, não a declararam ao povo alemão, tanto que, após o confiiito, todas as mãos se estenderam para ajudar aquele nobre povo a soerguer-se das suas ruínas.

O BLOQUEIO

Começa a guerra do Paraguai. Que fazer? Preliminarmente, bloquear Francisco Solano Lopez, para evitar que descesse pelo Paraná ao estuário do Prata. Os nossos estrategas, homens de alta visão política e ao mesmo tempo, de grande conhecimento militar, entenderam que é preciso fechar o caminho a Lopez, para que não se assenhoreie das importantes bases. É o almirante Tamandaré o incumbido dessa operação. Encontra-se chefiando a esquadra brasileira e designa o Comandante Gomenzoro para subir o rio e ir, com oito navios de guerra, deter 03 passos do caudilho. Logo depois, envia de Buenos Aires mais três navios: um, em que ia o Almirante Barroso, incumbido de assumir o comando geral da esquadra —

era a fragata «Amazonas», navio pesado, de rodas, e que iria encontrar grandes dificuldades nos baixios e nos bancos de areia daquela imensa bacia fluvial. Ia acompanhado por outros dois pequenos navios e levava, como cooperação do Exército, a brigada sob o comando do coronel Bruce. Chegando a Góia, assume o Comando Geral da esquadra. Inicia a marcha rio acima.

O TEATRO DA BATALHA

Já Corrientes, cidade argentina, estava em mãos das tropas paraguaias. Em conjugação com as tropas do General Pantero consegue-se retomar Corrientes. Lopez fica enfurecido e resolve destruir a esquadra brasileira, acrescida de três navios aliados. Encontra-se, então, a nossa armada, no ponto em que o pequeno riacho, que justamente por ser pequeno era chamado Riachuelo, atinge as águas do grande rio, pouco abaixo de Corrientes. Disse uma testemunha ocular que os nossos navios pareciam grande serpente de um quilômetro e 800 metros de extensão, alinhados naquele ponto.

Eis que chega o 11 de junho de 1865, domingo da Santíssima Trindade. O dia, que amanhecera enevoado, pouco a pouco se iluminou com um céu azul. É um dia de glória. Como que a natureza, naquele frio de 10 graus centígrados, quer se engalantar para o triunfo magnífico das nobres ideias libertadoras de um povo verdadeiramente democrático.

A BATALHA

Prepara-se o altar no navio capitânea para a celebração do Santo Sacrifício da Missa. Eis que, nove horas da manhã, o navio «Araguari», que se encontra na vanguarda, dá o sinal de «inimigo à vista» e logo depois anuncia «oito navios inimigos».

Barroso, imediatamente, levanta o sinal — «preparar para o combate». Em seguida, descem rapidamente navios paraguaios, de calado menor, e, por conseguinte, mais agilmente à vontade naquele cenário onde nossos, mais pesados, enfrentam sérias vicissitudes. Rompe o fogo por parte dos navios brasi-

leiros. Responde o fogo dos navios paraguaios e da artilharia de terra que nas barrancas do rio cooperava para a vitória das armas de Lopez. Inicia-se o combate. É um combate terrível. Nôvo sina! de Barroso: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever".

Grandes dificuldades encontram nossos navios, a ponto de o «Jequinhonha» ter encalhado. Os outros entram em luta: é o «Mearim», o «Iguatemi», o «Ivai», o «Ipiranga», o «Belmonte», o «Araguari», o «Parnaíba», o «Beberibe», nomes de rios brasileiros.

SIMBOLOGIA DOS RIOS

Que misteriosa simbologia aquela! Os rios que correm por nossa Pátria, são os portadores das mensagens das longas distâncias de que vieram. Nada melhor para significar a unidade nacional do que o curso dos rios. Eles trazem recados de remotos sertões. Eles vêm despertar lembranças de todo o território da Pátria. Enquanto as montanhas são paradas, estáticas, os rios são dinâmicos e levam nas suas águas recados e mensagens. (Palmas). E ali nossos navios têm nomes dos rios brasileiros. E, a comandá-los, o maior dos rios, o Amazonas, nome da fragata capitânea. Foi realmente o Brasil, a alma da Pátria que se levantou naquele instante para cumprir uma missão histórica.

O POEMA HERÓICO DO «PARNAIBA»

Mas o combate continua. De terra, a artilharia ribomba. Ao alcance da fuzilaria das barrancas, cáem patrícios nossos, que respondem fortemente à agressão. Barroso manda, então, um sinal que diz: «Sustentar o fogo que a vitória é nossa». Sustentam. Entre os episódios que mais calam na memória dos brasileiros, destaca-se o do navio «Parnaíba». Emocionalmente, foi o ponto culminante da batalha. O mais alto do sentimento nacional.

Dera-se a abordagem. Arremessam-se os paraguaios a lutar, corpo a corpo, com arma branca, contra os nossos. Eis que um oficial inimigo arranca a bandeira brasileira do mastro. Desce-a. Nesse instante, como que todo o sen-

timento brasileiro se acrisola no coração dos bravos militares. Exército e Marinha estão unidos, porque o contingente do comandante Bruce leva soldados de terra em número de mil e duzentos. Unem-se à Marinha. Que sagrado exemplo para os nossos dias. em que tanto necessitamos da união das três Armas do nosso País! (Palmas prolongadas).

Lutam. Cáem os bravos oficiais do Exército e da Marinha, um a um, na defesa do pavilhão nacional. É nesse instante que o Guarda-Marinha Greenthalge o marinheiro de primeira classe, o célebre, o famoso Márcilio Dias se imortalizam: arrancam das mãos do inimigo a bandeira da Pátria, nela se envolvem, tingem-na com o seu sangue vermelho de patriotismo e sucumbem envoltos no pavilhão nacional. (Palmas prolongadas).

Pouco depois, apesar de toda a tristeza e acabrunhamento pela perda daqueles heróis, eis que estrugem com alegria, vivas ao Imperador, vivas ao Brasil, vivas ao Almirante Barroso. Que foi? Foi o «Parnaíba» que rechaçou os inimigos, foi o «Parnaíba» que tornou a hastear a bandeira verde-amarela de nossa Pátria. (Palmas).

A IMPROVISAÇÃO DE BARROSO

O combate prossegue, quando o Almirante Barroso — ainda que, posteriormente, passível da honrosa censura de Tamandaré, resolve — o que é comum no brasileiro: improvisar. O brasileiro é improvisador até no futebol: (Riso) vence sempre tomando iniciativas inesperadas e aparentemente ilógicas. Surpreende a técnica adversária; a capacidade imaginativa é uma característica da nossa raça.

Barroso delibera fazer do seu navio um aríete, e esporão, e acomete os navios paraguaios. Afunda três dos mais importantes por esse meio.

A VITÓRIA

O terror começa a estabelecer-se na tropa inimiga. O combate recrudescer. O «Mearim» põe a pique mais um navio paraguaio. Outras unidades nossas

fortemente atacam. E, de repente, os paraguaios abandonam seus navios e fogem a nado. Nas barrancas, onde a artilharia cantava constantemente sobre os nossos vasos de guerra e nossos homens, começa também a estabelecer-se o pânico, porque os canhões brasileiros variam inteiramente aquela moldura de fogo que cingia nossa esquadra. As quatro horas da tarde sobraram apenas quatro navios paraguaios que fugiram precipitadamente rio acima. Estava ganha, pelo Brasil, a batalha do Riachuelo. (Palmas).

CONSEQUÊNCIAS DE RIACHUELO

À significação dessa batalha na Guerra do Paraguai foi enorme. Dali se prosseguiu, tomando-se a fortificação de Mercedes e a de Cuevas, posteriormente avançando mais para o norte. Seguem-se páginas de epopeia que não é o momento de lembrarmos aqui, quando focalizamos apenas o episódio da Batalha do Riachuelo. É a tomada de Curupaiti, é a passagem de Humaitá, que parecia impossível, dadas as correntes de ferro estendidas de margem a margem do rio. São as lutas consequentes, em que se inscrevem Tuiuti, Curuzu, Passo da Pátria, até Campo Grande, e finalmente Cerro Corá.

Termina a guerra em 1870. O Brasil age magnanimamente com o povo paraguaio. A desgraça de um ditador impensado! O Paraguai que contava um milhão e duzentos mil habitantes, ao terminar a guerra não tem mais do que duzentos mil, pois a sua população, além das perdas em combates, sofreu várias epidemias.

Honra seja feita a esse povo, que se bateu denodadamente, ainda que induzido ao erro com a mística sagrada da Pátria, dando-nos exemplo para, em qualquer emergência, agirmos do mesmo modo. (Palmas).

A política do Império continua seguindo aquela linha que nos vinha de tempos remotos, herança dos portugueses, esses grandes colonizadores e políticos, estadistas, filósofos da História, intérpretes dos destinos das Pátrias por eles criadas. Vem de tempos remotos.

EVOCAÇÃO DO PASSADO

Neste instante, em que o Congresso Nacional rende homenagem a nossa Marinha de Guerra, o meu sentimento, transformado em emoção, faz-me ver, na longa noite da História, como que esbatidas ao luar da permanente recordação, as nossas façanhas marítimas. Elas têm raízes! Elas têm tradição! Elas são castiças! Elas vêm desde o tempo das batalhas contra os holandeses. Elas vêm dos tempos em que os brigues e as canhoneiras francesas e inglesas empreendiam a invasão e o domínio de nossa terra. Como que vejo ao luar dessa recordação as figuras de Duguay-Trouin, de Cavendish, de Duclerc, de Mem de Sá, de Estácio de Sá; como que vejo nos nossos mares austrais percorrerem nossos navios, desde o período colonial e depois no Império, afirmando a soberania da Pátria, afirmando o ardor dos brasileiros em defender a sua terra e os seus princípios. Ah! naquele tempo! Naquele tempo éramos grandes, respeitadas. Nossas esquadras desciam para o sul para impor ordem no rio da Prata. Não havia ninguém que discursasse em nome de certos princípios falsos que só ficam bem na boca dos demagogos. Havia um sentido realista no cumprimento do dever decorrente da consciência panamericana, a sustentar a integridade do Novo Mundo e dos princípios democráticos.

APELO AOS BRASILEIROS

Ô marinheiros do Brasil! Soldados do mar! Quando estive, por motivos políticos, preso na Fortaleza de Santa Cruz, eu escutava o vosso, o nosso mar bater nas pedras e entrar pelas casamatas com ribombos oceânicos; e escrevi um

poema, o «Poema da Fortaleza de Santa Cruz», em que procurei reviver toda a glória militar do Brasil, a vossa glória, marinheiros da Pátria, (*palmas*), a glória de vossos irmãos de terra e já agora de vossos irmãos do ar.

O Conde Lippe, nos fins do século XVIII, introduziu, com a reforma do Exército Português, um costume altamente significativo. Ali, naquela fortaleza, de hora em hora, um sentinela gritava: "Sentinela, alerta!" E outro, nas sombras da noite, com a cabeça coroada pelas estrelas, respondia: "Alerta estou!"

E, então, nesse poema eu disse: «Grita, sentinela! Grita bem alto repetidamente, para despertar nossa Pátria! Que teu grito vá além de nossas montanhas, de nossas cordilheiras, de nossos rios, a dizer que Caxias está vivo, que Tamandaré, Barroso estão vivos (*palmas*) e não vivo o Brasil com os seus heróis do passado na consciência dos militares de nosso País e na consciência da Grande Nação».

Sejam estas palavras a minha suprema homenagem, no centenário da Batalha do Riachuelo, às três Forças Armadas do Brasil, e, no particular, à nossa Marinha de Guerra, para que gritando, «Sentinela, alerta!» cada brasileiro, em cada rincão de nossa Pátria se sinta, pela defesa da liberdade, da democracia, da soberania, da honra e da dignidade do Brasil, com a responsabilidade de responder: «Alerta estou!» (*Muito bem; muito bem. Palmas.* O Plenário, as autoridades civis e militares presentes e as galerias aplaudem, de pé, demoradamente e com raro entusiasmo, o orador).